

**20. PROPOSTA - PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE  
COMPETÊNCIAS – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO  
DOMÍNIO DA SAÚDE – PRONÚNCIA:**

Submete-se proposta relativa a transferência de competências no domínio da saúde, que se anexa.

## **PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

### **TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA SAÚDE – PRONÚNCIA**

1. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, consagra, na verdade, a Lei-Quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, a qual entrou em vigor no dia 17 de agosto de 2018.
2. O artigo 4.º, da Lei-Quadro referida anteriormente, sob a epígrafe «Concretização da transferência das competências», estabelece, no respetivo n.º 1, que “a transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa”.
3. Além disso, é de mencionar que o artigo 4.º, n.º 2, alíneas a) e b), da Lei-Quadro, referente à concretização gradual da transferência de competências, determina que: até 15 de setembro de 2018, as autarquias locais e entidades intermunicipais que não pretendam a transferência das competências no ano de 2019 comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos nesse sentido (alínea a)); e, até 30 de junho de 2019, as autarquias locais e entidades intermunicipais que não pretendam a transferência das competências no ano de 2020 devem observar o mesmo procedimento.
4. Ora, no que concretamente diz respeito ao domínio da saúde, o diploma legal de âmbito setorial que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais é o Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro.
5. E, efetivamente, no seguimento de informação prestada por parte dos serviços municipais, o Executivo Municipal, em reunião ordinária pública de 04 de junho de 2019, deliberou submeter à Assembleia Municipal que o Município de Braga não pretende a transferência, no ano de 2020, das competências constantes, entre vários outros diplomas legais, do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, propondo-se, ademais, que o Município de Braga não dê o acordo para o exercício das novas competências pela Comunidade Intermunicipal do Cávado relativamente ao mesmo diploma.

6. Na realidade, a este propósito, é de sublinhar que, nos termos do disposto na informação elaborada pelos serviços municipais, “constatando-se, de uma forma global, que todos os diplomas legais terão uma significativa interferência nos respetivos serviços. Na verdade, estas novas competências terão um forte impacto organizacional, designadamente de natureza funcional e financeira – reclamando o reforço de recursos humanos e técnicos – visto que obrigará, entre outros, a estudar e definir novos procedimentos, criar e alterar regulamentos municipais (incluindo novas taxas) e disponibilizar recursos tecnológicos necessários à execução dos novos serviços”.

7. Também, “e ainda que a insuficiência de elementos ou informação nesta matéria não permite, com o mínimo de rigor, avaliar o real impacto que o processo irá provocar, quer nos serviços municipais, quer ao nível dos recursos, humanos, financeiros e patrimoniais, não estando, por isso, reunidas as condições para uma decisão de assunção de todas as competências já com efeitos a 2020”.

8. E, ainda, “e que seria, assim, crucial desenvolver um estudo detalhado que permitisse identificar os impactos mais relevantes que o processo vai implicar, sobretudo no que respeita aos compromissos futuros decorrentes de recursos financeiros e patrimoniais, tendo em atenção as eventuais alterações a introduzir na atual estrutura orgânica municipal”.

9. Consequentemente, na sequência da deliberação do Executivo Municipal de 04 de junho de 2019, a Assembleia Municipal de Braga, em sessão ordinária de 19 de julho de 2019, deliberou aprovar a proposta de que o Município não pretende a transferência, no ano de 2020, das competências constantes, entre outros diplomas, do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, bem como a proposta de não acordo do Município para o exercício das novas competências pela Comunidade Intermunicipal do Cávado no que respeita ao mesmo diploma – é de realçar que o artigo 92.º, do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2019, veio prescrever que “nos casos previstos na alínea b) n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, o procedimento referido na alínea a) do mesmo número pode ocorrer até 30 de setembro de 2019”, prorrogando o prazo inicialmente estatuído de 30 de junho de 2019 –.

10. Certo é que, no que concerne ao ano de 2019, o Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, no seu artigo 28.º, n.º 2, preceitua que “relativamente ao ano de 2019, os municípios e as entidades intermunicipais que não pretendam a transferência das competências previstas no presente decreto-lei comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 60 dias corridos após a

publicação do despacho referido no n.º 3 do artigo 25.º – despacho referente ao mapa com os montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização a transferir para os municípios no ano de 2019, bem como a listagem dos imóveis afetos aos cuidados de saúde primários cujas competências de gestão, manutenção e conservação são transferidas para as câmaras municipais –.

11. Pois bem, o Despacho n.º 6541-B/2019, atinente ao mapa dos encargos anuais com as competências descentralizadas no setor da saúde, assim como o mapa dos imóveis objeto de transferência de competências na saúde, foram publicados, apenas e só, em 19 de julho de 2019, isto é, já após a reunião do Executivo Municipal (de 04 de junho de 2019), e no mesmo dia da sessão da Assembleia Municipal de Braga (de 19 de julho de 2019), que deliberaram a não transferência para o Município, em 2020, das competências do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, tal como o não acordo para o exercício das novas competências pela Comunidade Intermunicipal do Cávado.

12. Por consequência, no que diz respeito a 2019, os municípios e as entidades intermunicipais que não pretendam a transferência das competências do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, têm de comunicar essa circunstância à Direção-Geral das Autarquias Locais, após deliberação dos seus órgãos, até 17 de setembro de 2019.

13. Assim, considerando, primeiramente e desde logo, que os órgãos do Município de Braga deliberaram já a não transferência, no ano de 2020, das competências previstas no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, bem como o não acordo para o exercício das novas competências pela Comunidade Intermunicipal do Cávado relativamente ao mesmo diploma legal;

14. Tendo em conta, em segundo lugar, que, genericamente e no essencial, subsistem os mesmos fundamentos que motivaram o sentido das deliberações dos órgãos municipais no que respeita ao exercício, em 2020, das competências do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, fundamentos esses enunciados nos pontos 6, 7 e 8 supra, e que se relacionam, em síntese, com razões de natureza organizacional, funcional, financeira, patrimonial e referente aos recursos humanos e técnicos;

15. E tomando em consideração que é fundamental recolher informação e preparar adequadamente os serviços municipais, uma vez que todas as competências previstas na Lei-Quadro se consideram transferidas para as autarquias locais e entidades intermunicipais em 2021;

16. Nestes termos, propõe-se:

- Que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal que o Município de Braga, no que respeita ao ano de 2019, não pretende a transferência das competências previstas no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, sendo esse facto comunicado à Direção-Geral das Autarquias Locais;
- Que o Município de Braga não dê o seu acordo para a transferência, em 2019, das competências do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, para a Comunidade Intermunicipal do Cávado.

**Câmara Municipal de Braga, 02 de setembro de 2019**

**O Presidente da Câmara Municipal de Braga,**



**Dr. Ricardo Rio**